



Michel Foucault: Corpos, Espaços e Regiões

Gabriel José Pochapski¹

Hélio Sochodolak²

Resumo: O objetivo central deste texto é compreender em que medida o pensamento de Michel Foucault e de seus comentadores nos permite problematizar historicamente as relações entre o corpo e o espaço através do conceito de região. Diferente dos objetos e recortes naturalizados, as regiões são aqui entendidas enquanto produtos e produtoras de saberes e poderes diretamente ligados aos corpos e aos espaços. Para além de uma abordagem atemporal e determinista, a obra foucaultiana assinalou nas décadas de 1960 e 1970 a dimensão histórica como algo indissociável dos espaços, ressaltando também o corpo como a superfície de inscrição dos acontecimentos. Inseridas nessas perspectivas, as regiões tornam-se importante categoria para enfatizarmos a historicidade dos corpos, de suas extensões físicas e dos diferentes espaços por eles ocupados.

Palavras-Chave: História do Corpo. História dos Espaços. Michel Foucault. Regiões.

Michel Foucault: Bodies, Spaces and Regions

Abstract: The central objective of this text is to understand to what extent the thinking of Michel Foucault and his commentators allows us to historically problematize the relations between body and space through the concept of region. Unlike naturalized objects and cuts, regions are understood here as products and producers of knowledge and powers directly related to bodies and spaces. In addition to a timeless and deterministic approach, Foucault's work in the 1960s and 1970s marked the historical dimension as inseparable from space, emphasizing the body as the inscription surface of events. Inserted in these perspectives, the regions become an important category to emphasize the historicity of the bodies, their physical extensions and the different spaces occupied by them.

Keywords: History of Body. History of Spaces. Michel Foucault. Regions.

Introdução

Ao dirigirem a publicação de *Faire de l'histoire: Nouveaux Objets* em 1974, Jacques Le Goff e Pierre Nora buscavam enfatizar as mudanças ocorridas na historiografia a partir da década de 1970 com o que se denominou como a Nova História. Caracterizada pelo contato com diferentes ciências, pela abertura para novos métodos e por uma ampliação dos objetos de estudo, a Nova História passou a atribuir uma importância especial para a

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² Professor Doutor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História e Regiões na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Coordenador do Núcleo de Pesquisa em História da Violência (NUHVI-UNICENTRO).



dimensão física dos indivíduos (LE GOFF; NORA, 1974, p. 7-8). O corpo tornava-se uma instigante possibilidade de investigação aos historiadores, tanto em seus aspectos estéticos, suas posturas e comportamentos, como também no seu caráter mais singular, nas diferenças moleculares e genéticas, como havia investigado pioneiramente o historiador François Jacob em *La Logique du Vivant* (1970).

Por outro lado, antes desse período de redefinição dos objetos de estudo no qual a temática do corpo ganhava uma atenção especial, o século XX havia sido marcado por um deslocamento de perspectiva que Dosse (1993, p. 393) denominou como uma espacialização da História. Desde a década de 1920, os *Annales* promoviam certas aproximações entre a história e o espaço a partir da influência do possibilismo geográfico de Vidal de La Blache. Todavia, foi na metade daquele século que o espaço ganhou a centralidade com Fernand Braudel em *O Mediterrâneo* (1949) e as diversas pesquisas ligadas a questões espaciais, com destaque para a tese *Les Paysans de Languedoc* (1966) de Emmanuel Le Roy Ladurie¹.

Se a questão do espaço ganhava relevância nas produções intelectuais da segunda metade do século XX, era simultânea a intensidade com que o corpo passava a ter enquanto um objeto de estudo para os historiadores, embora fossem quase ausentes os esforços em conciliar estas duas perspectivas temáticas. Breve exceção nestas abordagens, a tese de Le Roy Ladurie propunha investigar as transformações climáticas, agrícolas, econômicas e demográficas ocorridas entre os séculos XVI e XVIII na região agrícola de Languedoc, no sul da França. Diferente de outras pesquisas feitas até então, o tópico intitulado *La Civilisation Végétale*, presente no primeiro volume da obra, trazia uma compreensão singular ao definir que as mudanças temporais do espaço ressoavam no modo como os camponeses viviam. Para este historiador francês, a configuração dos solos, as características da vegetação, o plantio das lavouras e a hidrografia eram indissociáveis dos fundamentos biológicos dos habitantes, de modo que a vida, os corpos e seus funcionamentos estavam intimamente ligados aos espaços e suas transformações históricas (LE ROY LADURIE, 1985, p. 53-71).

¹ Nas décadas de 1920 e 1930, Marc Bloch já ressaltava a dimensão histórica que atravessava e produzia os territórios rurais e as sociedades camponesas em sua obra *Les Caractères Originaux de l'Histoire Rurale Française* (1931). Já Lucien Febvre havia destacado em *O Reno* (1935) a importância das regiões próximas ao rio não como configurações geográficas de isolamento, mas sim como espaços que a partir das águas garantiam a interação e contato entre os indivíduos.



Se a tese de Le Roy Ladurie traçava uma perspectiva até então pouco usual entre os *Annales*, o filósofo Michel Foucault já havia se atentado para o caráter temporal presente nas ligações entre o corpo e o espaço desde o início da década de 1960. Designando uma importância ao arquivo e aos documentos em uma abordagem da história caracterizada pelo singular e pelo descontínuo, o percurso intelectual seguido por Foucault era distinto dos demais historiadores franceses. Como apontou Dosse (2013, p. 158), as percepções foucaultianas assinalavam a influência do pensamento de Nietzsche, da epistemologia de Bachelard e Canguilhem, e da fenomenologia de Merleau-Ponty, de quem Foucault foi aluno. Desde 1960, as ressonâncias destes distintos pensadores permitiram a Foucault direcionar uma atenção especial para os corpos e os espaços, compreendendo-os como resultado de emergências históricas, de discursos que lhe produziram formas ou como efeito de poderes e saberes que os legitimaram.

Nesse sentido, buscamos problematizar a partir do pensamento de Michel Foucault e seus diferentes comentadores, de que modo o conceito de região possibilita abordar historicamente as relações entre os corpos e os espaços. A fim de desenvolvermos melhor nossa análise, dividimos o presente texto em duas partes. A primeira tem como objetivo investigar como o pensamento foucaultiano articulou as temáticas do corpo e do espaço com a História em algumas de suas obras e conceitos utilizados nas décadas de 1960 e 1970. Das singularidades apontadas na primeira parte do texto, a segunda divisão aproxima-se de Foucault e de seus comentadores para propor um aprofundamento em torno da noção de região, compreendendo-a como uma instigante categoria para afirmarmos a produção histórica dos corpos e dos espaços.

Uma Tríade Foucaultiana: O Corpo, o Espaço e a História

O corpo foi um dos conceitos centrais nos escritos de Michel Foucault. Os desdobramentos realizados em diferentes abordagens e problemáticas de sua obra apontaram para a necessidade de enfatizar os corpos como uma superfície produzida discursivamente pela consolidação dos saberes, pelas disputas e estratégias que reconfiguravam os espaços e pela ação do poder que o moldou.

Didier Eribon, um dos comentadores da obra foucaultiana, afirmava que uma das principais formas de contato com as obras do intelectual francês ocorria por meio de um esforço em situar as diferentes publicações em um percurso histórico. Neste trabalho de



aproximação, muitos leitores se empenhariam em analisar o surgimento dos objetos e as mudanças nas abordagens e conceitos a partir de fases como a arqueologia, predominante no decorrer da década de 1960, e a genealogia, a partir de 1970. Contudo, esta divisão não se torna totalizante, pois existiram preocupações e textos que nem sempre estiveram situados de maneira definitiva em uma única fase (ERIBON, 1996, p. 15-44).

As singularidades foucaultianas em compreender as relações entre o corpo, o espaço e a história, tal como um eixo indissociável, são um importante exemplo destes aspectos. Houve períodos em que tais questões foram abordadas segundo problemáticas específicas das fases arqueogenealógicas, enquanto que em outros este eixo temático tornou-se descontínuo e singular dentro do percurso teórico desenvolvido por Foucault, como aprofundaremos adiante.

Em seu livro *As Palavras e as Coisas* (1966), Foucault conceituou o homem como uma invenção recente, buscando em perspectivas arqueológicas colocar em questão a emergência das chamadas Ciências Humanas. O pensador francês não teria proposto em sua arqueologia um método que possibilitasse resultados empíricos, mas sim uma análise histórica da emergência dos saberes e seus objetos, pois “se pode ser considerada um método, a arqueologia caracteriza-se pela variação constante de seus princípios, pela permanente redefinição de seus objetivos pela mudança no sistema de argumentação que a legitima ou justifica” (MACHADO, 2007, p. 51).

Ao propor a arqueologia como especificidade para uma história dos saberes, Foucault manteve-se distante das tentativas de traçar uma ordem temporal linear e contínua segundo o progresso da razão. Não lhe interessavam as sucessões consagradas dos fatos na cronologia, mas sim os acontecimentos que rompiam com as sequências pré-estabelecidas, as singularidades históricas que possibilitavam a emergência de novos discursos. Neste sentido, Foucault se voltou para o século XVIII, onde a biologia, a economia e a linguagem inventaram um objeto que vive, trabalha e fala: o homem. Reivindicado como o lugar de saber pelas Ciências Humanas, a compreensão do homem enquanto uma categoria histórica demandou uma atenção especial para a superfície do seu corpo. Como apontou Foucault (1999, p. 433) “à experiência do homem é dado um corpo que é seu corpo – fragmento de espaço ambíguo, cuja espacialidade própria e irreduzível se articula com o espaço das coisas”.

Foi decorrente de uma espacialização do corpo, de suas extensões, órgãos e funcionalidades que a biologia moderna definiu a condição do homem como um ser vivente.



Do desejo que emergia dos corpos designaram-se níveis de valor para determinados produtos implicando na centralidade do trabalho como algo indissociável do homem. Por fim, Foucault apontou a linguagem como linha condutora das experiências a partir das quais os indivíduos se constituíam como humanos. Em meio a estas prerrogativas, a partir do século XVIII, a vida, o trabalho e a linguagem passaram a consolidar as fronteiras nas quais as Ciências Humanas definiram o homem, implicando também em outras compreensões sobre os corpos.

A Sociologia passou a articular o corpo em seus aspectos sociais, não se mantendo restrita a figura do indivíduo, mas expandindo suas percepções para analisar a própria sociedade como um corpo social. A Psicologia buscou investigar tanto os aspectos cognitivos e fisiológicos, como os impulsos e os processos da consciência que tornavam o homem um corpo dotado de sensibilidade e desejo. Já a Linguística compreendeu o homem como efeito produzido na e pela linguagem que o atravessava por completo, desde o seu corpo até as diversas relações traçadas com seus semelhantes (FOUCAULT, 1999, p. 343-417).

Com relação à História, pode-se afirmar que Michel Foucault estabeleceu para ela uma posição particular entre os demais saberes, pois:

[...] uma vez que o homem histórico é o homem que vive, trabalha e fala, todo conteúdo da História [...] concerne à Psicologia, à Sociologia ou às Ciências da Linguagem. Mas, inversamente, uma vez que o ser humano se tornou, de ponta a ponta, histórico, nenhum dos conteúdos analisados pelas Ciências Humanas pode ficar estável em si mesmo nem escapar ao movimento da História (FOUCAULT, 1999, p. 513).

Longe de qualquer estabilidade e naturalização, o pensamento foucaultiano assinalou uma perspectiva que enfatizava as mudanças históricas compreendendo que o corpo sofria influências do tempo e ganhava sentidos no espaço social. Foi por meio da emergência das Ciências Humanas que, no triedro dos saberes, a História passou a analisar os corpos como produtos resultantes de contextos socioculturais e não enquanto algo dado, pronto e inato. Os fluídos, a carne, os órgãos, os membros e suas extensões não compunham uma superfície fixa e imóvel, pelo contrário, se o homem era uma invenção datada, as camadas que lhe compuseram também foram estabelecidas temporalmente. Assim como o homem, o corpo seria historicamente constituído, com formas e significações provisórias e mutáveis.

Se a arqueologia propunha uma história dos saberes, suas compatibilidades discursivas e o nascimento de seus objetos e práticas, a produção foucaultiana na década de 1970 se voltou para a questão do poder por meio da genealogia. Roberto Machado (2007, p.



168) compreende a genealogia como uma análise histórica das condições de possibilidade dos discursos e suas práticas. Direcionando a sua questão metodológica para o poder e suas relações com o saber, o deslocamento operado na genealogia tornou possível ao pensador francês desenvolver outras problemáticas nas quais as ligações entre o corpo, o espaço e a história ocuparam uma posição especial.

Influenciado por Nietzsche, Foucault procurou desenvolver uma abordagem da história que se afastava da busca das origens, afirmando a proveniência (*Herkunft*) como o objeto da genealogia. Enquanto a procura pelas origens seria pautada em uma perspectiva essencialista da história, como se houvesse alguma espécie de ponto fixo como um núcleo central referente ao passado, a *Herkunft* possibilitaria afirmar a construção temporal assinalada nos corpos, em suas marcas e movimentos. Como ressaltou Foucault (1979, p. 22), “o corpo – e tudo o que diz respeito ao corpo, a alimentação, o clima, o solo – é o lugar da *Herkunft*: sobre o corpo se encontra o estigma dos acontecimentos passados do mesmo modo que dele nascem os desejos, os desfalecimentos e os erros”.

Foucault procurou enfatizar uma perspectiva que afastava a história de uma linearidade estável, pacífica e sucessiva, sua abordagem visava afirmar a dimensão conflituosa das relações humanas, as lutas, embates e disputas que inscreviam suas marcas nos corpos. Este modo alternativo de compreender a história ganhou sua maior intensidade em 1975 com a publicação de *Vigiar e Punir*, obra em que o intelectual francês questionou os parâmetros que caracterizavam o corpo a partir da ordem anatômica para defini-lo como um objeto do campo político. As compreensões sobre o corpo passavam a serem deslocadas da naturalização para as relações de poder que investiam, sujeitavam e dirigiam suas extensões.

Segundo Foucault (1987, p. 26), o corpo tornou-se objeto da utilidade e da produção nas sociedades disciplinares a partir do século XVII. Atuando de modo difuso na dominação dos corpos, os efeitos dos poderes e saberes esquadrihavam os indivíduos em um sistema que os organizava, disciplinava e os calculava, pois o parâmetro de utilidade de um corpo passou a ser a sua capacidade simultânea de produção e submissão. Foi em torno dos corpos que se consolidaram espaços de sequestro, instituições e superfícies como as prisões, hospitais, fábricas e escolas que visavam disciplinar as condutas transgressoras. A lei passou a ser gradativamente internalizada nos movimentos físicos, no estabelecimento de rotinas



cronometradas para as vivências e na vigilância constante das ações, de maneira que os corpos deveriam tornar-se dóceis e aptos para o trabalho.

O pensamento foucaultiano possibilitou uma abordagem do poder não como posse, mas sim enquanto relação que permeia de forma capilar e microfísica a todos e a tudo. Nesse sentido, Rago (1993, p. 24) ressalta que ao propor o poder não enquanto centralidade e sim como difusão, Foucault diferenciou-se do marxismo ou da psicanálise apresentando uma compreensão radical ao defender que nada temos de natural. Não haveria uma essência humana pré-existente diante da qual a cultura operaria, ao invés disso, tudo no ser humano, principalmente seu corpo, seria histórico e passível de transformação.

Resultado de investigações em arquivos, manuscritos, laudos médicos e projetos arquitetônicos, a mudança apresentada por Foucault indicou uma ruptura ao colocar em questão de que modo os indivíduos se constituíram nas relações de poder. Como e a partir de quais mecanismos seus corpos foram moldados, os comportamentos e gestos produzidos, os sentimentos e as sensações sujeitos. Ora, se corpos resultaram de relações de poder e de elaborações discursivas historicamente consolidadas, de que maneira este pensador nos permite problematizar a questão do espaço? Como as categorias espaciais abordadas por Foucault estariam efetivamente ligadas aos corpos?

Para o intelectual francês, até o século XX prevaleceram as grandes teorias e sistemas que colocam o tempo como o aspecto privilegiado ao ser tido como sinônimo do movimento e transformação. Diante das teleologias, das filosofias da história ou dos ideários de progresso, o conhecimento desenvolvido por filósofos como Hegel, Bergson ou Heidegger acabava por desqualificar o espaço, relegando-o ao âmbito da fixidez em uma completa imobilidade. Tido por objeto dos geógrafos por excelência, o espaço era qualificado enquanto uma dicotomia em relação ao tempo. Estabelecendo críticas a estas teorizações, Foucault afirmou em entrevista à Revista *Heródote* em 1976 que:

A utilização de termos espaciais tem um quê de anti-história para todos que confundem a história com as velhas formas de evolução, da continuidade viva, do desenvolvimento orgânico, do progresso da consciência ou do projeto da existência. Se alguém falasse em termos de espaço, é porque era contra o tempo. É porque “negava a história”, como diziam os tolos, é porque era “tecnocrata”. Eles não compreendem que, na demarcação das implantações, das delimitações, dos recortes de objetos, das classificações, das organizações de domínios, o que se fazia aflorar eram processos – históricos certamente – de poder. A descrição espacializante dos fatos discursivos desemboca na análise dos efeitos de poder que lhe estão ligados (FOUCAULT, 1979, p. 159).



Ao colocar em questão a linha divisória que demarcava o tempo e o espaço como categorias opostas, o pensamento foucaultiano destacou os processos históricos que afluíam espacialmente. Os recortes, fronteiras e limites não estariam eternamente prontos e acabados, mas a emergência destas configurações espaciais se tornava indicadora da ação do tempo no espaço, sinalizando a ação da história. Assim como os corpos, não haveria nada de natural e de pré-estabelecido nos espaços, já que toda e qualquer operação humana nas superfícies transformava-se temporalmente.

Ao apontar para esta historicidade dos espaços, Foucault não se mantinha isolado das perspectivas que o conhecimento histórico tomava na França da primeira metade do século XX. Os *Annales* representaram para o filósofo um rompimento da negação histórica do espaço, tanto que por diversas vezes Foucault enfatizou a importância de historiadores como Marc Bloch, Fernand Braudel e Le Roy Ladurie que em pesquisas sobre vida rural, os mares e vilarejos davam uma importância central para as modificações históricas e suas ressonâncias nos espaços (FOUCAULT, 1979, p. 212).

Fazendo uso de diferentes categorias espaciais para investigar os problemas que surgiam no decorrer de suas análises, Foucault apontava que enquanto as diferentes espacialidades eram resultado de processos temporais, caberia ao historiador não só o desenvolvimento de uma história dos espaços institucionalizados, econômicos ou demográficos, mas era necessário atentar-se para a historicidade dos espaços da vida. As relações humanas, os afetos, os desejos, as subjetividades – âmbitos corporais por excelência – também foram atravessadas por mudanças nas quais os espaços tiveram um papel fundamental. Fazendo menção a Philippe Ariès, o filósofo destacou como as configurações residenciais do século XVIII estiveram diretamente articuladas com a produção de modelos do que seria a família, a infância, a afetividade, os sentimentos, entre outros aspectos sinalizadores de uma ligação indissociável entre os corpos e os espaços (FOUCAULT, 1979, p. 211-213).

Seja na fase arqueológica da década de 1960, ou na fase genealógica, a partir de 1970, Foucault apontou para as disposições e os posicionamentos dos corpos sejam nos espaços produzidos pelo saber ou através da ação do poder. Todavia, não podemos restringir as percepções deste intelectual apenas a estas duas fases, pois como assinala Boullant (2003, s/p) os conceitos abordados pelo pensamento foucaultiano se transformavam, se



complexificavam ou mesmo foram abandonados ou resignificados no decorrer de suas publicações. Torna-se de fundamental importância ir além das continuidades pressupostas pelas fases arqueogenealógicas, dando uma atenção especial para os momentos de rupturas que Foucault produziu no interior de sua obra.

Um importante exemplo dessas percepções pode ser analisado ainda na década de 1960, com as conferências radiofônicas realizadas no Círculo de Estudos Arquitetônicos no ano de 1967. Com temáticas e narrativas distintas das publicações realizadas durante aquele período, Foucault apontou para os movimentos dos corpos que em seus percursos, posições e permanências acabavam por atravessar os espaços produzindo relações múltiplas com as superfícies. Destacando a centralidade dos corpos e dos espaços desde as narrativas antigas, nas obras faraônicas, nas máscaras micênicas ou nas lendas de diversos continentes, o pensador francês afirmou como os adereços, as tatuagens, os movimentos e formas físicas permitiam a elaboração de diversos espaços reais ou imaginários (FOUCAULT, 2013, p. 8-13).

Partindo para um olhar que se distanciava das naturalizações, Foucault apontou a capacidade de transformação dos corpos em vestimentas e adereços que permitiam aos indivíduos adentrarem em espaços sagrados e profanos, civis ou religiosos, abertos ou fechados. Longe da fixidez, os corpos alteravam suas formas em operações que o arrancavam de um espaço e o projetavam em outro. O corpo do louco que em seus gestos e gritos era relegado ao manicômio; o corpo do idoso, que se afastava dos parâmetros produtivistas impostos pela sociedade sendo direcionado aos hospitais; os corpos dos alunos, enquadrados em uniformes, carteiras e corredores do espaço escolar.

A própria superfície do corpo é compreendida por Foucault como um fragmento do espaço que está em constante movimento em decorrência das alterações provocadas pelas mudanças temporais que lhe deram significados e padrões. Foi a partir dos corpos e suas extensões que se estabeleceram as primeiras medidas, as noções de localização e distância, o próximo e o longínquo, o acima ou o abaixo (FOUCAULT, 2013, p. 13). Para este pensador, mesmo de modo indireto, o corpo sempre esteve ligado às espacialidades, pois foi decorrente de seus sinais físicos que se demarcaram os limites entre o público ou o privado, o racional e o irracional, o normal ou o patológico. Os corpos constituíram espaços nos quais se visou à



cura ou a punição, que manifestaram exhibições e pudores, ou que se tornam superfícies relacionadas aos sentimentos, à política, a religião e a economia.

Ao tomar o corpo, o espaço e a história como um eixo indissociável e presente de diferentes maneiras em sua obra, Michel Foucault instigou a elaboração de problemáticas em torno de conceitos ligados ao espaço tais como lugar, mapa, fronteira, cartografia e região. Não se trata mais de tomar tais categorias como recortes prontos e definidos para o uso do historiador, pelo contrário, seria de fundamental importância questionar suas condições de emergência, os discursos que os legitimaram e quais os corpos que foram assinalados por estes limites. Nestas perspectivas, o conceito de região foi tomado por objeto de investigação para alguns comentadores da obra foucaultiana. Para além de limites e dados naturalizados, a região possui uma historicidade que a constitui, tornando possíveis diferentes abordagens dos corpos e dos espaços no campo historiográfico. Tomar a região como resultado de relações de poder e de saber é investigar os discursos que incidiram diretamente sobre a carne e as superfícies que a ela estiveram ligadas.

Corpos, Espaços e Regiões: Possibilidades Historiográficas

Para o historiador Hélio Rebello Cardoso Júnior, a região enquanto categoria suscita um problema epistemológico para as pretensões de uma “história total” que se fez presente nos já referidos historiadores ligados à tradição dos *Annales*. Ainda na década de 1920, a primeira geração destes intelectuais apresentava com Febvre e Bloch uma pretensão totalizante da história que se manifestava por meio de duas características: a interdisciplinaridade e a capacidade de aplicação das metodologias das demais ciências nas discussões e na prática do historiador. A influência da Psicologia de Henri Berr, a Sociologia durkheimiana e a Escola Geográfica de Vidal de La Blache provocaram nas produções de Bloch ou de Febvre uma pretensão de análise que comportaria o homem como um todo. Abordando objetos universalizantes, o historiador realizava um “sobrevoo” em seu contexto de estudo (CARDOSO JÚNIOR, 2011, p. 7-11).

Se a primeira geração dos *Annales* buscava a partir da interdisciplinaridade abranger os diferentes objetos em uma psicologia coletiva mesmo não mantendo um referencial teórico fixo, a segunda geração, centralizada em Fernand Braudel, desenvolveria entre 1945 até o final da década de 1960 uma compreensão do espaço como possibilidade para uma Geo-História. Braudel passou a tratar os desertos, as montanhas, os rios e principalmente o Mar



Mediterrâneo como os principais personagens “viventes” de sua prática historiográfica. Nestas perspectivas, “os homens para Braudel são apenas uma intersecção do espaço-tempo, um lugar de determinação, enquanto o verdadeiro ator, capaz de realizar mudanças de costumes e atitudes, é o espaço” (CARDOSO JÚNIOR, 2011, p. 14).

Tornando-se o principal objeto de compreensão das relações humanas, suas estruturas e sua cultura material, o espaço era ampliado em longas extensões nas quais a vida humana e seus acontecimentos passavam a pertencer a uma curta duração. Braudel estabeleceu a longa duração como um domínio temporal ligado ao ambiente, tratava-se de afirmar os espaços a partir de uma imobilidade tão grande na qual o homem praticamente desapareceria em suas dimensões. Hélio Rebello Cardoso Júnior destaca que, na década de 1970, a Nova História e a Nova História Cultural se basearam na construção de uma “totalidade histórica” a partir de objetos globalizantes. Na diversidade de fenômenos, partia-se da percepção de que um determinado objeto revelaria o conjunto e as especificidades de um contexto específico. O historiador que buscava manter-se em “sobrevoo” fixava um objeto que “ao invés de ser colocado numa perspectiva global, pelo qual ele era enquadrado numa totalidade, é agora um átomo que pode ser decomposto em séries documentais” (CARDOSO JÚNIOR, 2011, p. 15).

A perspectiva de que as múltiplas temporalidades históricas que caracterizavam um objeto permitiam a composição de um microcosmo esteve relacionada com a virada de uma história do espaço total para uma história do espaço regional, pois “é no sentido de mergulho intensivo nos objetos globalizantes que afirmamos inicialmente a conversão do novo historiador em andarilho. Esse mesmo historiador necessitaria de uma nova história regional devido às novas demandas teóricas” (CARDOSO JUNIOR, 2011, p. 15). Na transição do historiador do “sobrevoo” para o historiador “andarilho”, as regiões passaram a serem tidas como espaços singulares dotados de uma rica historicidade. Regiões nas quais os objetos e seus recortes espaço-temporais possibilitariam analisar uma multiplicidade de aspectos que compuseram o todo. Uma abertura a diversidade de temas nas quais o corpo poderia ser inserido como objeto de análise pelo viés conceitual da região.

Os objetos históricos não podem ser apreendidos em sua totalidade, não estão mais dispostos enquanto um real que permita o sobrevoo, seus contornos desaparecem através do múltiplo, da diferença ou da incapacidade de abranger a todos e a tudo na narrativa e na



temporalidade. Para Durval Muniz de Albuquerque Júnior, é nesta particularidade que o pensamento foucaultiano pode ser inserido ao afirmar o constante trabalho humano para se produzir um objeto histórico. A cronologia, as abordagens, os temas de estudo e o objeto a ser ressaltado não seriam inatos, não estariam dados *a priori* e não se manteriam fixos. Os objetos, fossem eles os corpos, os espaços ou as regiões, não estariam acabados e cristalizados, com uma essência a ser procurada. Ao invés disso, o historiador:

Não tem mais como resultado final a apresentação de um objeto desvelado em todos os seus segredos, mostrado em todos os seus contornos sedutores, mas se torna trabalho paciente de desmontagem, apresentando no final a dispersão das peças que entraram na composição do engenho histórico (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p.152-153).

O historiador não estaria preocupado em encontrar o núcleo central de um objeto ou apenas descrevê-lo detalhadamente em suas características. A partir de Foucault, o olhar historiográfico passou a ser direcionado não para a contemplação ou para a naturalização, mas sim para todos os mecanismos que deram forma ao objeto enquanto tal. Neste caso, tornou-se necessário questionar quais condições históricas permitiram a emergência do objeto a ser investigado e quais regimes discursivos produziram e legitimaram as suas formas.

Em meio a estas percepções, Albuquerque Júnior (2008, p. 55) afirma a necessidade de discussão e problematização do conceito de região na historiografia contemporânea. Para este historiador, é comum que o discurso historiográfico conceba a região como um dado da realidade que estar naturalizado não precisava ser pensado, questionado ou tratado de forma histórica. Visto como dado prévio, como recorte espacial sempre pronto e acabado, a região seria abordada pelos historiadores enquanto um objeto a-histórico. Embora fossem enfatizadas diversas modalidades de recortes como o espaço físico, as demarcações político-administrativas, as distinções socioculturais, entre tantas outras, a região permanecia sendo compreendida como objeto fixo e imutável, sempre pronto para ser evocado já que teria se mantido sempre estável enquanto tal.

A região é vista enquanto instância que nega o tempo, que está isolada da história, que resiste à mudança, aspecto constantemente reiterado pelos historiadores nos seus modos de conceberem e utilizarem-se dos espaços em suas investigações e narrativas. Para Albuquerque Júnior (2008, p. 58-59), problematizar a partir de regiões implica em afirmar a articulação entre o poder o saber na qual se estabeleceram demarcações, identidades, formas, nomes e visibilidades. Conceber a região através das elaborações de Foucault é investigar



como os recortes adquiriram as suas sustentações, quais estratégias de poderes e saberes foram utilizadas nestes processos, que práticas discursivas e não-discursivas garantiram a sua materialidade.

A perspectiva instigada por Foucault apresenta diferenças em relação ao que propunha historiadores como Fernand Braudel. Ao buscar produzir uma história dos espaços, Foucault não objetivava compreender as superfícies como instâncias autônomas nas quais o homem poderia desaparecer. O pensamento foucaultiano buscava problematizar como as fronteiras, recortes e divisões espaciais foram realizados e inscritos nos homens, ressoando em suas superfícies e povoando as partes mais íntimas dos indivíduos, em seus modos de falar, pensar e sentir. Tornava-se preciso questionar as regiões, atentando-se para os momentos em que seus limites foram produzidos, rearrumados e redefinidos, sendo fundamental destacar “como as formas espaciais estão conectadas com dadas dominações, dadas redes de poder, como atualizam e cristalizam dados regimes de verdade” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008a, p. 104).

Inserida nestas preocupações, os usos da noção de região por parte do historiador passaram a demandar um olhar especial para os corpos, já que as ressonâncias dos limites espaciais eram assinaladas e afirmadas principalmente nos aspectos físicos. Assim, propor a região enquanto possibilidade de análise implica em perscrutar os aspectos espaciais que foram inscritos na superfície dos corpos. Como declara Albuquerque Júnior (2008, p. 61), “a região se expressa em jeitos de corpos, em gestos, em modos de vestir, de se alimentar, de beber, de dançar, de andar, de se pôr de pé ou de sentar. A região ao ser subjetivada, ao ser encarnada, ela conformará os corpos e os processos subjetivos”. As regiões não estariam restritas as demarcações no espaço físico, mas suas delimitações poderiam suscitar certas maneiras de se sentir e de se afirmar no mundo; formas de demarcar os limites entre o que seria “o nosso” e “o outro”; elaborações que ganhavam intensidade nas produções literárias, nas músicas, pinturas e outras produções artísticas.

Em *A Invenção do Nordeste e Outras Artes* (1999), Albuquerque Júnior (2009, p. 47-48) voltou-se para a primeira metade do século XX, problematizando a emergência do Nordeste a partir de uma série de enunciados denominados como o regionalismo, dando destaque para a produção de estereótipos e preconceitos resultantes de poderes e saberes subjetivados nos corpos. Na emergência dos discursos que ressaltavam a seca, a aversão pela



modernidade, os traços da vegetação, da geografia e do clima, o corpo se fundia com a região, desde os aspectos ressaltados em sua aparência física, como nas vestimentas, estéticas e gostos. Atuando como enunciado produtor do Nordeste brasileiro, o regionalismo seria pensado como um mecanismo de poder que conformaria os corpos e apagaria toda a sua multiplicidade em detrimento de uma imagem única e imutável, a do nordestino. Marcados pelo signo da região, o corpo e o espaço se fundiriam compondo uma unidade indissociável: o espaço seria marcado por um determinado modelo de corpo, e os corpos seriam assinalados pelos aspectos do espaço.

Além das ênfases dadas por Albuquerque Júnior para a região como uma categoria a ser problematizada pelo historiador, poderíamos direcionar esta noção para a análise do próprio espaço do corpo e de suas extensões. Tomemos como exemplo o texto Michel Foucault e o Zoológico do Rei (2008), desenvolvido por Margareth Rago para investigar o caso de Sarah Baarthman. Nascida no sul do continente africano Sarah foi exibida por cinco anos consecutivos por diferentes lugares da Europa no início do século XIX. Segundo Rago (2008, p. 260), os motivos que levaram Sarah a ser exposta na Europa em 1810 eram decorrentes da configuração anatômica diferenciada, que possuía nádegas salientes (estatopigia) e uma espécie de “avental genital” na região frontal do seu corpo.

O corpo de Sarah, principalmente suas nádegas, foi divulgado em ilustrações e jornais das principais cidades europeias. Levada para Paris em 1814, seu corpo foi examinado por diferentes fisiologistas que buscavam determinar a superioridade dos indivíduos europeus em comparação aos indivíduos africanos. O corpo de Sarah foi analisado, ilustrado e estudado detalhadamente visando consolidar os discursos que atribuíam à semelhança corporal entre os habitantes do continente africano com os primatas. Exibida por horas em lugares públicos como teatros, prostíbulos e em espetáculos juntamente com animais, o corpo de Sarah representava a inferioridade atribuída aos indivíduos naquele contexto, como afirmou Margareth Rago:

Suas anomalias é que causavam grande interesse ao olhar dos europeus: sua *steatopyfia*, ou nádegas protuberantes, características das mulheres de sua tribo. O olhar estarecido às vezes era insuficiente para uma plateia ansiosa; muitos se aproximavam para apalpá-la e constatar se suas nádegas eram reais (RAGO, 2008, p. 262).

Dadas as difíceis condições que lhe foram impostas, Sarah faleceu aos 26 anos de idade em 1825. Após a sua morte seu corpo foi dissecado e exposto em Paris, onde suas



nádegas continuavam atraindo diversos curiosos. Ainda que Margareth Rago não se utilize da região como um conceito a ser instrumentalizado em seu texto, é possível destacarmos como determinadas partes do corpo tornavam-se associadas ao espaço. A partir de formas de poder e de saber, as extensões físicas de Sarah, principalmente suas nádegas, transformavam-se no sinônimo do espaço africano, um recorte territorial específico definido no século XIX como pertencente ao inferior, ao anormal e ao atraso.

Em uma sociedade europeia que se afirmava como o centro da civilidade, o corpo de Sarah era associado à selvageria, aos instintos indomáveis, a fêmea africana detentora de impulsos incontroláveis, assinalando como a região, ou o recorte espacial do continente africano era semelhante às configurações físicas de Sarah. Atribuído como símbolo daquele espaço tido como inferior, as nádegas de Sarah ganharam um significado específico em um século no qual a “a bunda se torna um claro símbolo da sexualidade feminina” (RAGO, 2008, p. 265).

O corpo de Sarah, o formato de suas nádegas, a aba composta de pele que encobria a púbis eram aspectos que foram remetidos naquele contexto a uma determinada região do planeta. Margareth Rago faz observar que o pensamento foucaultiano nos ensina a olhar cada corpo enquanto demarcação construída, como espaço feito de discursos que simbolizam cada membro ou cada sensação. As relações entre o corpo e o espaço não se dariam apenas na geografia física com os aspectos geográficos, com o clima ou a vegetação, mas apresentariam suas demarcações na própria espacialidade do corpo, dividindo-o em regiões a serem significadas.

Além do exemplo de Sarah, possibilidades semelhantes foram enfatizadas pelo historiador Paulo Roberto Staudt Moreira, que se apoiou no pensamento foucaultiano para desenvolver o seu texto *Podem Minha Cabeça e Orelhas Levar, mas Meu Corpo Não* (2010). Fazendo uso de processos criminais da escravidão, Moreira analisou um incidente que envolveu um escravo africano de nome Francisco na Província do Rio Grande do Sul. No dia 06 de setembro de 1856, no litoral norte desta província, um grupo da Guarda Nacional aproximou-se do engenho do Capitão João Marques para tomar o depoimento do referido capitão sobre a morte do Guarda Nacional Querino Correia de Andrade. Em seu depoimento, o Capitão João Marques afirmou ter escutado um barulho em seu engenho e seguiu para verificar, ao aproximar-se:



[...] A cena vista pelo Capitão Marques não era nada agradável: o escravo africano Francisco ainda segurava a faca desembainhada e ensanguentada, com que ferira mortalmente ao Guarda Nacional Querino [...] segurando a barriga com uma das mãos enquanto provavelmente segurava sua espada na outra, Querino teria dito que “morria porque tinha [recebido] duas facadas mortais”. Marques então gritou para Francisco ordenando que este se rendesse, respondendo o mesmo “que estava entregue” (MOREIRA, 2010, p. 23).

Francisco era de origem africana, possuía 40 anos de idade e trabalhava como lavrador e curtidor, sendo um escravo foragido pertencente a Vicente Nunes da Silva Marques. Descontente com o tratamento que recebia daquele que dizia ser seu dono, Francisco decidiu se apadrinhar ao Capitão João Marques, uma personalidade importante naquele lugar. Ao perceber o desaparecimento do cativo, Vicente solicitou o auxílio da Guarda Nacional para a captura do escravo. Os guardas teriam se dirigido até a fazenda do Capitão João Marques, encontrando com Francisco em uma das roças este:

[...] presentindo-os, sacou de duas facas e os ameaçou gritando que não se entregaria, que poderiam levar sua cabeça e as orelhas, mas que o corpo permaneceria. Respondendo ao Capitão Marques, que perguntou por que não se entregava aos soldados que tinham ordem de Vicente Nunes para buscá-lo: respondeu que àqueles homens não se entregava e que a cabeça viria, o corpo não, e que não serviria mais àquele senhor e que só sim queria Carta de Venda, e com esta decisão do negro se retiraram os homens, e daí a dois dias aconteceu a corrida (MOREIRA, 2010, p. 25).

Dois dias depois, um dos guardas de nome Querino se dirigiu de forma antecipada dos demais para tentar capturar Francisco e receber sozinho a gratificação oferecida pelo Capitão Vicente. Resistindo à prisão, Francisco acabou por assassinar o guarda. Em meio à narrativa deste processo criminal, a frase “que a cabeça viria e o corpo não” chamou a atenção de Paulo Roberto Staudt Moreira. Segundo este historiador, caso não fosse possível capturar o escravo com vida, cortavam-se as orelhas para que o captor recebesse a gratificação. Além disso, recorria-se a uma estratégia pedagógica para desanimar os cativos de seguirem para os quilombos, “[...] as cabeças de alguns cativos presos deveriam ser cortadas e fincadas em paus nas beiras das estradas, como sinal evidente de que assim poderia ocorrer com os demais” (MACHADO, 2010, p. 25-26).

A frase de Francisco denota por meio da narrativa do processo criminal que o mesmo não iria voltar vivo para o poder de Vicente, seu senhor, e que munido de duas facas levaria à morte aqueles que o perseguissem. A descrição ressaltada por Machado acaba por indicar a relevância que o corpo ocupava no contexto escravocrata do Brasil na metade do século XIX. Se a escravidão assinalava suas marcas nos corpos negros, as orelhas e a cabeça



tornavam-se regiões dos corpos a serem significadas de modo especial. As orelhas cortadas não apenas produziam uma espécie de verdade que confirmava a morte e possibilitava a gratificação, bem como, a cabeça cortada tão pouco afirmava simplesmente a condição de submissão.

Ambas as regiões físicas, as orelhas e a cabeça, sinalizavam as tentativas de fugas para outros espaços. Cortar as orelhas e decepar as cabeças dos escravos foragidos expondo-as nas estradas da Província do Rio Grande do Sul tornava-se o sinal da morte, implicando em um mecanismo intimidador para os demais escravos. Dispor de partes do corpo expostas nas estradas tornava-se uma estratégia legitimada para se evitar que os escravos seguissem para outro espaço, o quilombo. Quando o escravo Francisco afirmou “que a cabeça viria e o corpo não” (MOREIRA, 2010, p. 25), ele mesmo acabava por reconhecer qual o destino que o espaço do seu corpo possuía dentro de um sistema que o considerava como uma propriedade de outro. Entre a submissão e a resistência, Francisco optou por resistir.

Considerações Finais

Buscamos aqui, a partir de Foucault e de seus comentadores, problematizar algumas possibilidades de articular a temática do corpo com a do espaço a partir da noção de região. Se as percepções propostas nas diferentes obras foucaultianas possibilitaram reconhecer os corpos e os espaços como superfícies historicamente produzidas, o conceito de região pode ser compreendido como uma possibilidade de análise que permite enfatizar a incidência das relações de poder e de saber.

Operando suas análises com perspectivas influenciadas pelo pensamento foucaultiano, tanto Durval Muniz, como Margareth Rago e Paulo Roberto Staud Moreira acabam por suscitar outras possibilidades de articular o corpo, o espaço e as regiões na prática historiográfica. Não se trata mais de empreender um sobrevoo na totalidade, tal como já descrevemos a partir de Hélio Rebello, mas sim de questionarmos os modos como os corpos em seus movimentos e extensões transformaram os espaços ou foram por eles subjetivados.

Enquanto Durval Muniz problematizou os mecanismos que constituíram o que na primeira metade do século XX se definiu como o Nordeste e o nordestino, Rago e Moreira, a partir do exemplo de Sarah ou do processo de Francisco, nos permitem perceber o corpo como espaço ao qual se atribuíram significados, delimitações e resistências, seja na totalidade de suas extensões físicas ou em regiões específicas, como as nádegas, a cabeça ou as orelhas.



Compostas por camadas discursivas, as corporeidades foram historicamente perpassadas por superfícies que os atribuíram significados sejam nos discursos regionalistas do Nordeste, nos critérios evolucionistas da Europa do século XIX ou o contexto escravocrata da Província do Rio Grande do Sul. As ressonâncias do pensamento foucaultiano acabaram por permitir novos olhares para os corpos e para os conceitos espaciais que até então eram negligenciados ou naturalizados na historiografia.

Indo além das análises e recortes totalizantes, era preciso desconfiar da limpidez dos objetos prontos e fixos, voltando à atenção para a própria superfície do corpo que em suas marcas sinalizava os acontecimentos, as disputas e os conflitos. Michel Foucault não ressaltava apenas que éramos construídos historicamente em todas as nossas extensões, mas que a própria História se tornaria “efetiva” ao compreender que nada nos é natural, nem mesmo o corpo, este fragmento de espaço produzido pelo tempo.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: FUNDAJ/Cortez, 2009.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Às margens d’o Mediterrâneo: Michel Foucault, historiador dos espaços. In. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz; VEIGA-NETO, Alfredo; SOUZA FILHO, Alípio (Orgs). **Cartografias de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008a.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **História**: a arte de inventar o passado. Ensaios de Teoria da História. Bauru: Edusc, 2007.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. O Objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. **Revista Fronteiras**, Dourados, MS, v. 10, n. 17, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/62>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

As palavras e as coisas: uma arqueologia das Ciências Humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BLOCH, Marc. **Les caractères originaux de l’histoire rurale française**. Paris: Les Belles-Lettres, 1931.

BOULLANT, François. Michel Foucault, penseur de l’espace. **Seminaire dans l’Université de Lille**. 2003. Disponível em: <<http://libertaire.free.fr/Foucault49.html>>. Acesso em: 15 out. 2017.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

CARDOSO JÚNIOR, Hélio Rebello. O conceito de região e problemas filosóficos: significado epistemológico da história regional e a constituição histórica do “espaço liso” e do



“espaço estriado”. **Revista Tempo, espaço e linguagens**, PR, v. 2, n. 3, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/tel/article/viewFile/3074/2412>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

DOSSE, François. **História do estruturalismo I: o campo do signo, 1945-1966**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

ERIBON, Didier. **Michel Foucault e seus contemporâneos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

FEBVRE, Lucien. **O Reno: história, mitos e realidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

FOUCAULT, Michel. Outros espaços. In: FOUCAULT, Michel. **Estética: literatura e pintura, música e cinema. Ditos e escritos III**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

JACOB, François. **La logique du vivant**. Paris: Gallimard, 1970.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Dir.). **Faire de l'histoire: nouveaux objets**. Paris: Gallimard, 1974.

LE ROY LADURIE, Emmanuel. **Les paysans du Langueduc**. Paris: École des Hautes Études Sciences Sociales, 1985.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

MOREIRA, Paulo Roberto Staud. Podem a minha cabeça e orelhas levar, mas meu corpo não: Os processos criminais como fontes para a investigação das culturas negras meridionais. In: **Catálogos seletivos sobre a escravidão no Rio Grande do Sul**. Secretaria de Administração e Recursos Humanos/Departamento de Arquivo Público. Porto Alegre: CORAG, 2010.

PESSI, Bruno Stelmach; SILVA, Graziela Souza. (Coord.). **Documentos da escravidão: processos crimes: o escravo como vítima ou réu**. Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010.

RAGO, Margareth. As marcas da pantera: Foucault para historiadores. **Revista Resgate**, v. 4, n. 5, 1993. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8647987/14798>>. Acesso em: 2 mar. 2017.

RAGO, Margareth. Michel Foucault e o zoológico do rei. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz; VEIGA-NETO, Alfredo; SOUZA FILHO, Alípio de. (Orgs). **Cartografias de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.